

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Art ROBSON PINHEIRO DANTAS

A comparação das experiências colhidas pelo Exército Brasileiro na MINUSTAH, com o cenário a ser encontrado na MONUSCO



Rio de Janeiro
2018

Maj Art ROBSON PINHEIRO **DANTAS**

A comparação das experiências colhidas pelo Exército Brasileiro na MINUSTAH, com o cenário a ser encontrado na MONUSCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: TC Inf Cláudio Gadelha Fernandes

Rio de Janeiro

2018

D 192c Dantas, Robson Pinheiro.

A comparação das experiências colhidas pelo Exército Brasileiro na MINUSTAH, com o cenário a ser encontrado na MONUSCO. / Robson Pinheiro Dantas. 2018.

60 f. : il ; 30cm.

Orientação: Cláudio Gadelha Fernandes
Trabalho de conclusão de curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 54-60.

1. Exército Brasileiro. 2. MINUSTAH. 3. MONUSCO.
I. Título.

CDD 355.00981

Maj Art ROBSON PINHEIRO **DANTAS**

A comparação das experiências colhidas pelo Exército Brasileiro na MINUSTAH, com o cenário a ser encontrado na MONUSCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em 03 de outubro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Cláudio Gadelha Fernandes - Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Conrado José Sales Mororó - Ten Cel Eng - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ângelo de Oliveira Alves - Ten Cel Art - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Aliede Azevedo Dantas e Maria Nazaré Pinheiro Dantas, pela educação que me proporcionaram durante toda a minha vida e que permitiu a realização deste trabalho.

À minha amada esposa, pela demonstração de união, orientações, apoio, afeto e companheirismo ao longo de toda a minha carreira.

Ao Tenente-Coronel Cláudio Gadelha Fernandes, não só pela orientação firme e segura, como também, pelo incentivo e pela confiança evidenciada em várias oportunidades. Sua dedicação se revestiu de capital importância para que eu pudesse realizar o trabalho com tranquilidade e eficiência.

Ao Maj Gedeel Machado Brito Valin pela colaboração prestada por ocasião da confecção deste trabalho.

“Kofi Annan tem razão: “a manutenção da paz é sempre mais barata do que a guerra”

(United..., 1994).

(Welles & Davies, 2014)

RESUMO

O Brasil vem empreendendo esforços no sentido de ocupar espaços mais relevantes, procurando participar de forma mais ativa na agenda de segurança global. Nesse sentido, o país vem adotando ao longo do tempo, iniciativas como a de participar em operações sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio de suas Forças Armadas. Após a desmobilização das tropas com o término da MINUSTAH em 2017, e no intuito de permanecer em operações no exterior, o Ministério da Defesa realizou estudos sobre a viabilidade da participação brasileira em missões atuais da ONU, principalmente na África. Neste ínterim, verificou-se que com o estudo realizado, aliado ao convite formal da ONU para o envio de tropas para a MONUSCO - República Democrática do Congo (RDC), juntamente com o fato de o comandante militar atual da missão ser um General do Exército Brasileiro, faz com que a participação de tropas nessa missão seja uma opção de destaque. O simples fato de ser a missão com o maior efetivo militar atualmente, já figura como opção relevante. No entanto, surgiu a dúvida de em que medida as experiências colhidas na MINUSTAH podem auxiliar o emprego de tropas brasileiras na MONUSCO. No presente trabalho foram comparadas as experiências colhidas na MINUSTAH em relação ao cenário existente na MONUSCO, abordando exclusivamente os aspectos nas expressões psicossocial e militar. As comparações foram realizadas sob o enfoque prático do emprego da tropa, verificando se o modo de atuação no Haiti se encaixaria às peculiaridades existentes na RDC. A pesquisa apresentada não significa o esgotamento dos itens possíveis de comparação. No entanto, espera-se que o estudo possa auxiliar futuros planejamentos ou processos decisórios, relacionados ao emprego de tropas brasileiras em terras congolesas.

Palavras-chave: Exército Brasileiro, MINUSTAH, MONUSCO.

ABSTRACT

Brazil is actively seeking a more active role in global security affairs. In this sense, the country has adopted over time initiatives such as participating in operations under the aegis of the United Nations (UN) through its Armed Forces. After the demobilization of troops with the termination of MINUSTAH in 2017, and in order to remain in overseas operations, the Ministry of Defense has carried out studies on the feasibility of Brazilian participation in current UN missions, mainly in Africa. In the meantime, it was verified that with the study carried out together with the formal UN invitation to send troops to MONUSCO - Democratic Republic of Congo (DRC), together with the fact that the current military commander of the mission is a Brazilian Army's General, makes the participation of troops in this mission a prominent option. MONUSCO is the largest UN mission making it an attractive option for Brazilian Military Forces. However, the question arose as to the extent to which the experiences gathered in MINUSTAH could assist the employment of Brazilian troops in MONUSCO. The present study compared the experiences gathered in MINUSTAH in relation to the existing scenario in MONUSCO, exclusively addressing the aspects in the psychosocial and military expressions. The comparisons were carried out under the practical approach of troops deployment, verifying if the model in Haiti would be useful in the peculiarities that exist in the DRC. The research presented does not mean the exhaustion of possible comparison aspects. However, it is hoped that the study could help future planning or decision-making processes related to the use of Brazilian troops in Congolese Lands.

Keywords: Brazilian Army, MINUSTAH, MONUSCO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BRABAT	Batalhão Brasileiro
BraEngCoy	Companhia Brasileira de Engenharia
CComSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
COTer	Comando de Operações Terrestres
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DOP	Destacamento de Operações Psicológicas
DOPAZ	Destacamento de Operações de Paz
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ED	Estratégias de Defesa
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
FA	Forças Armadas
FARDC	Forças Armadas da República Democrática do Congo
F EXPD	Força Expedicionária
FIB	Brigada de Intervenção
FMEI	Força Multinacional Interina de Emergência
FPR	Frente Patriótica Ruandesa
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
KM ²	Quilômetro quadrado
MINUCI	Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim
MINUJUSTH	Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental
MINUSCA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-africana
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MIPONUH	Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti
MONUA	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola

MONUSCO	Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo
OMP	Operações de Missões de Paz
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
ONUCA	Missão de Observação da Nações Unidas em El Salvador
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
PEB	Política Externa Brasileira
PN	Poder Nacional
PNC	Polícia Nacional do Congo
PND	Política Nacional de Defesa
PNH	Polícia Nacional do Haiti
RDC	República Democrática do Congo
TCC	Trabalho De Conclusão De Curso
UNAVEM	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNEFI	Força de Emergência das Nações Unidas
UNFICYP	Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNISFA	Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei
UNITA	União pela Independência Total de Angola
UNMIS	Missão das Nações Unidas no Sudão
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UNMOGIP	Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para Índia e Paquistão
UNOGBIS	Escritório das Nações Unidas de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau
UNOMIL	Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria
UNOCI	Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim
UNPOL	Polícia da ONU
UNSMIH	Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti
UNTMIH	Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti
UNTSO	Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	15
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	16
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1	Missões de Paz sob a égide da ONU.....	17
2.2	Participação do Brasil em Missões de Paz da ONU.....	18
2.3	A República do Haiti e o EB na MINUSTAH.....	22
2.4	A República Democrática do Congo e o EB na MONUSCO.....	25
2.5	Expressões Psicossocial e Militar do Poder Nacional.....	29
3	METODOLOGIA	31
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	31
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	32
3.3	COLETA DE DADOS.....	32
3.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	33
4	COMPARAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NA MINUSTAH COM O EMPREGO NA MONUSCO, NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL.	34
4.1	Cultura.....	34
4.2	Nível de bem-estar da sociedade.....	37
4.3	Dinâmica ambiental.....	39
4.4	Dinâmica estrutural da sociedade.....	40
5	COMPARAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NA MINUSTAH COM O EMPREGO NA MONUSCO, NA EXPRESSÃO MILITAR.	42
5.1	Estrutura militar.....	42
5.2	Capacidade de comando e controle.....	43
5.3	Integração entre as Forças Armadas brasileiras.....	44
5.4	Adestramento e aprestamento.....	44
5.5	Moral militar.....	45
5.6	Capacidade logística.....	45

5.7	Território.....	46
5.8	Relações entre nações.....	47
6	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

Em um ambiente internacional multipolar, assimétrico e difuso, o Brasil vem empreendendo esforços no sentido de ocupar espaços mais relevantes, procurando participar de forma mais ativa na agenda de segurança global (FERREIRA, 2016).

Dentre as diferentes formas de projeção, o país adota iniciativas como participar de operações da Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio de suas Forças Armadas. Tais ações constituem ferramentas da Política Externa Brasileira (PEB) para a inserção do país no cenário internacional (KENKEL; MORAES & PATRIOTA, 2012).

A Carta Magna do país, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Inciso VI do artigo 4º, estabelece os princípios constitucionais que governam as relações internacionais do país, calcados na vocação brasileira de defesa da paz (BRASIL, 1988).

De acordo com a atual Política Nacional de Defesa (PND), o Brasil concebe sua Defesa Nacional segundo alguns posicionamentos, dentre eles “participar de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos;” (BRASIL, 2016a).

Além disso, no mesmo documento constam os fundamentos que estabelecem como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Inclui também os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), onde o quinto e sexto objetivos são relacionados à projeção do país no cenário internacional “...ações no sentido de incrementar a participação do Brasil..., em operações internacionais, ...” (BRASIL, 2016a).

Alinhado com a PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END) menciona e orienta as iniciativas na área de defesa segundo as Estratégias de Defesa (ED). As ED de números 13 e 14 tratam da participação das Forças Armadas (FA) em missões de paz sob égide da ONU em cooperação com outros países (BRASIL, 2016b).

Desta forma, o Brasil sempre exerceu papel relevante em Operações de Missões de Paz (OMP) sob a égide da ONU, desde o ano de 1956, contribuindo com o esforço da manutenção da paz mundial. Em consonância com os objetivos nacionais, as Forças Armadas Brasileiras participaram de maneira expressiva com o

envio de militares em diversas missões da ONU durante os séculos XX e XXI (ARTIFON, et al, 2017).

Atuando com base em tais princípios e valores, o Brasil tornou-se o 11º maior contribuinte de tropas na ONU, tendo já enviado mais de 30.000 militares e policiais a missões de paz, integrando operações na África, na América Latina, na Ásia, no Oriente Médio e na Europa (MORETTI, 2013).

Moretti (2013) afirma que “A solidariedade regional nos impele a dar contribuição efetiva e significativa a missões de paz em nosso entorno geográfico”. Considerando a afirmação em relação à África, o continente representa importante área para o emprego desta finalidade. Segundo Penna Filho (2004), a região fora atingida como nenhuma outra pelas recentes transformações na economia e política mundiais.

Com o fim da Guerra Fria, o interesse geopolítico pela região decaiu. O continente terminou envolvido em situações de insolvência, causada por recorrentes conflitos regionais ou nacionais que possuíam razões raciais, religiosas, políticas, econômicas ou tribais. A questão da segurança se tornou primordial, desencadeando inúmeras operações de paz (SILVA, 2005).

Segundo Kenkel (2012), para sinalizar interesse nos assuntos atinentes às Nações Unidas, o Brasil aumentou gradualmente o envio de tropas para as Operações das Nações Unidas, nas décadas de 1980 e 1990, incluindo os grandes contingentes em Moçambique e Angola.

Já no início do século XXI, no ano de 2004, uma séria crise político-institucional assolou o Haiti, pequeno país situado na porção leste da Ilha de Hispaniola, na América Central. A situação motivou o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a autorizar o envio de uma força multinacional ao país. A intervenção tinha por objetivo a imposição da paz na região, recebendo a designação de Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (*Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti - MINUSTAH*) (NAÇÕES UNIDAS, 2004).

De imediato, o governo brasileiro foi convidado a liderar o componente militar da MINUSTAH. O país aceitou o seu maior desafio relacionado a missões de paz até então. Coube ao Exército Brasileiro (EB) a condução da missão que perdurou até outubro de 2017 (ARTIFON, et al, 2017).

Após a desmobilização das tropas e retraimento de todos os materiais de emprego militar para o Brasil, o país reduziu drasticamente o efetivo de militares em

missões de paz (MATTOS, 2016).

No intuito de permanecer em operações no exterior, após o excepcional trabalho realizado pelas tropas no Haiti, e em consonância com os documentos mencionados, o Ministério da Defesa realizou estudos sobre a viabilidade da participação brasileira em catorze missões atuais da ONU (Projeto SETA), sendo oito na África (BRASIL, 2016c).

No dia dois de março do presente ano, o Brasil recebeu o convite formal da ONU para participar com contingentes militares na missão existente na República Democrática do Congo (RDC) (NAÇÕES UNIDAS, 2018d). Posteriormente, o Secretário Geral da ONU nomeou o General de Divisão Elias Martins Filho para a função de Comandante do contingente militar da Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO) (NAÇÕES UNIDAS, 2018f).

Desta forma, verifica-se que o estudo de viabilidade realizado, aliado ao convite formal para o envio de tropas, juntamente com o fato de o comandante militar da missão ser um General do Exército Brasileiro, faz com que a participação de tropas na MONUSCO seja uma opção de destaque, provocando o governo brasileiro a estudar sua viabilidade nos diversos campos do poder.

1.1 PROBLEMA

Desta forma, verifica-se o protagonismo do Brasil na participação histórica de missões de paz da ONU, bem como o permanente interesse em participar das mesmas, constante nos documentos de alinhamento estratégico nacionais. Além disso, o excelente papel desempenhado na condução do componente militar da MINUSTAH aumentou ainda mais a confiança da comunidade internacional. Portanto, a demanda pela continuidade na contribuição de tropas em missões de paz torna-se compreensível. Neste contexto, a MONUSCO figura, atualmente, como uma relevante opção para o desdobramento de contingentes nacionais.

Diante do quadro exposto, surge o seguinte problema: em que medida as experiências colhidas nos campos psicossocial e militar na MINUSTAH podem auxiliar o emprego de tropas brasileiras na MONUSCO?

1.2 OBJETIVOS

Para ajudar a elucidar o problema proposto, seguem abaixo os seguintes objetivos do trabalho.

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército tem por finalidade realizar uma comparação científica entre as experiências colhidas no final da participação na MINUSTAH com a realidade a ser encontrada na MONUSCO, exclusivamente nas expressões psicossocial e militar. De tal sorte, alguns objetivos foram elencados como norteadores do estudo em questão.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo serão formulados objetivos específicos, de forma a encadear logicamente o raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a. Comparar as experiências colhidas na MINUSTAH em relação ao cenário existente na MONUSCO, abordando aspectos na expressão psicossocial; e
- b. Comparar as experiências colhidas na MINUSTAH em relação ao cenário existente na MONUSCO, com enfoque nos componentes da expressão militar.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa estará limitada por um recorte temporal da MINUSTAH (2016 e 2017) e pelo período de participação de militares brasileiros na MONUSCO (2013 até os dias atuais). Relativamente ao recorte do espaço geográfico, o estudo em tela se deterá aos países do Haiti e da RDC.

Com relação aos campos do poder, as expressões política, econômica e científico-tecnológica não serão abordadas, para que se mantenha o foco nos estudos da Paz e da Guerra por meio das expressões psicossocial e militar.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A importância do trabalho científico ora apresentado decorrerá, inicialmente, da compilação de dados e informações que possam auxiliar futuros planejamentos ou processos decisórios, relacionados ao possível emprego de tropas brasileiras na MONUSCO.

Segundo o General de Exército Menandro, Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, a maioria das atuais Operações de Paz da ONU estão desdobradas no continente africano e o cenário prospectivo aponta para a manutenção desse status (BRASIL, 2018b).

Os ensinamentos colhidos, bem como as lições aprendidas em outras missões semelhantes, podem gerar economia de recursos financeiros, materiais, tempo e, inclusive, vidas humanas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção tem por finalidade comentar sobre o principal assunto em que concerne a presente pesquisa, qual seja: Missões de Paz da ONU. Desta forma, o capítulo estará estruturado da seguinte forma: 1) Missões de Paz sob a égide da ONU; 2) Participação do Brasil em Missões de Paz; 3) A República do Haiti e o Exército Brasileiro na MINUSTAH; 4) A RDC e o Exército Brasileiro na MONUSCO e 5) Expressões Psicossocial e Militar do Poder Nacional.

2.1 Missões de Paz sob a égide da ONU

A ONU é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

A organização foi fundada após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de assumir a missão de tutelar a paz universal. Desde então vem atuando como um ambiente de mediação, negociação ou intervenção em crises. As operações de paz capitaneadas pela ONU surgiram como o principal mecanismo para auxiliar a preservação da paz nos conflitos que passaram a eclodir (BEIRÃO, 2008).

Atualmente conta com 193 Estados-Membros e é dividida nas seguintes instâncias administrativas: Assembleia Geral, Conselho de Segurança (CS), Conselho Econômico e Social, Conselho de Direitos Humanos, Secretariado e Tribunal Internacional de Justiça (RODRIGUES, 2015).

A Assembleia Geral e o Conselho de Segurança são os dois órgãos principais, sendo que este último se sobrepõe ao primeiro com relação à execução das operações de paz (GERKEN, 2017).

Entre os meios utilizados pela ONU com vistas à manutenção da paz e segurança internacionais encontram-se as “operações de paz”, que passaram a ser utilizadas como instrumento suscetível de contribuir efetivamente para a pacificação dos conflitos no âmbito interno dos Estados ou entre Estados. (BRASIL, 1998).

A Carta da ONU (1945) contem a base legal que advém dos Capítulos VI (solução pacífica de conflitos), VII (ação em caso de ruptura da paz e atos de agressão) e VIII

(participação de organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e segurança).

Três anos após sua criação, houve a primeira missão de paz internacional com o objetivo de supervisionar o cessar-fogo na Guerra da Palestina, em 1948 (UNTSO). A partir de então, as Forças de Paz da ONU têm atuado em todos os continentes, em uma sucessão de missões com mandatos distintos. (NAÇÕES UNIDAS, 2018a).

Em um mundo marcado por conflitos e disputas em diferentes regiões, as operações de manutenção da paz são a expressão mais visível do compromisso coletivo da comunidade internacional com a promoção da paz e da segurança. As ações foram gradualmente desenvolvidas como instrumento para assegurar a presença da ONU em áreas conflituosas, de modo a incentivar as partes em conflito a superar suas disputas por meio pacífico (NAÇÕES UNIDAS, 2017a).

Com o fim da guerra fria, as ações implementadas pela ONU começaram a se diversificar, não somente quanto aos destinos, mas também em relação ao caráter das operações. Foram adicionadas às típicas operações consideradas tradicionais, normalmente entre Estados em conflito, outras tarefas, como o apoio à população civil, o diálogo político e a reconstrução de instituições e regimes (BEIRÃO, 2008).

Atualmente, a ONU possui oito missões de paz no continente africano (Saara Ocidental, Libéria, Mali, República Centro-Africana, RDC, Sudão do Sul, Darfur e Abyei); uma na Ásia (Índia e Paquistão); duas no Oriente Médio (Israel e Líbano) e duas na Europa (Chipre e Kosovo), totalizando uma força militar de mais de 95 mil "capacetes azuis", termo representativo dos militares participantes da Organização (NAÇÕES UNIDAS, 2018b).

2.2 Participação do Brasil em Missões de Paz da ONU

O ato inicial de criação da ONU contou com a participação de algumas poucas nações. O Brasil estava entre esse grupo seletivo, confirmando a convicção do povo brasileiro na alternativa diplomática para solução dos conflitos internacionais (SARDENBERG, 2013).

Em 1946, o Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas mencionou em seu discurso: "O Brasil nunca deixou de trabalhar para a paz e tem a satisfação de ter sido

a primeira nação a introduzir, em sua Constituição, uma cláusula que prescreve a arbitragem compulsória para todos os conflitos internacionais”.

O primeiro envio de tropas a um país estrangeiro aconteceu em 1956, com a participação na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEFI), criada para evitar conflitos entre israelenses e egípcios e pôr fim à Crise de Suez (GERKEN, 2017).

No total, o Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares (individuais ou com contingentes), a fim de pacificar ou estabilizar países assolados por problemas externos e/ou internos, tendo contribuído com mais de 50 mil militares, policiais e civis.

A participação brasileira até o final da Guerra Fria foi menos expressiva. Dentre as principais participações, destacam-se: ONUC (1960), UNMOGIP (1965) e ONUCA (1989) (TORREZAM, 2016).

Após a queda do muro de Berlim, o apoio brasileiro às operações de paz ganhou novo impulso, principalmente no continente africano. A participação brasileira foi variada em termos de efetivos de tropas constituídas ou militares em missões específicas, de acordo com a realidade de cada missão de paz. A seguir serão mencionadas, de forma sucinta, a participação militar brasileira em cada missão.

Em janeiro de 1989, a ONU criou a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I (UNAVEM I), devido ao conflito existente no país. Tinha por tarefa precípua a supervisão da repatriação de contingentes cubanos que lutavam naquele país e a cessão das hostilidades. A contribuição brasileira para a missão foi composta pelo chefe da missão, o General de Brigada Péricles Ferreira Gomes, e 14 oficiais (12 do Exército e 2 da Marinha). A UNAVEM I foi encerrada em 25 de maio de 1991, com a conclusão do processo de repatriação de militares cubanos e a assinatura do acordo de Bicesse, que visava a reinstaurar a paz no país (FERREIRA, 2016).

Imediatamente após a UNAVEM I, a ONU estabeleceu a UNAVEM II, que tinha em seu mandato a tarefa de supervisionar as atividades e os termos do acordo de Bicesse. Posteriormente houve a ampliação desse mandato para a fiscalização eleitoral, em 1992. O Brasil manteve a participação com a chefia do componente militar, 63 observadores militares e uma equipe de saúde composta por 14 oficiais médicos e sargentos enfermeiros. No entanto, a UNITA (União pela Independência Total de Angola) contestou o resultado das eleições e as hostilidades retornaram (FONTOURA, 2009).

Com o clima de insegurança, os efetivos da UNAVEM II foram gradativamente reduzidos e a missão chegou ao fim em 1995. Para tal, foi iniciada a UNAVEM III e contou com uma significativa participação brasileira. O país participou com um Batalhão de Infantaria (800 militares), uma Companhia de Engenharia (200 militares), dois Postos de Saúde Avançados (40 militares) e cerca de 40 oficiais no Estado-Maior do contingente militar. Com todos os revezamentos realizados, entre agosto de 1995 e julho de 1997, chegou-se a um efetivo total 4.174 militares empregados na missão (AGUILAR, 2015).

Por fim, no ano de 1997 foi criada a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), como sucessora da UNAVEM III e motivada pelas recorrentes violações do Acordo de Bicesse e do Protocolo de Lusaka, praticadas pela UNITA. A participação brasileira na MONUA se resumiu a 3 oficiais de Estado-Maior, 19 observadores militares e uma equipe médica de 45 militares de saúde. Esse efetivo foi empregado até abril de 1999 (FONTOURA, 2009).

A Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) foi criada em 1991, para a implementação de um plano de paz, aceito em 30 de agosto de 1988, pelo Marrocos e pela Frente Popular para a Libertação de Saguia el-Hamra e do Rio de Oro. O contingente brasileiro no Saara Ocidental atualmente é composto por 10 militares, sendo 6 do Exército, 2 da Marinha do Brasil e 2 da Força Aérea Brasileira, em rodízios anuais (DPKO, 2016).

A participação das Forças Armadas brasileiras na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) contou com o seu primeiro comandante militar, o General de Divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva, com 47 observadores militares e uma Companhia de Fuzileiros da Brigada de Infantaria Paraquedista (entre julho e dezembro de 1994), com um efetivo de 170 militares (AGUILAR, 2015).

Já a UNOMUR (Missão de Observação das Nações Unidas entre Uganda e Ruanda) foi estabelecida em junho de 1993, para fiscalizar a execução do Acordo de Arusha, estabelecido entre tropas do governo ruanês e militantes da Frente Patriótica Ruandesa (FPR). A missão contou com a participação de 13 militares brasileiros, sendo 10 observadores militares (4 do Exército, 3 da Marinha e 3 da Aeronáutica) e 3 militares de uma equipe médica, tendo a missão se encerrado em 1994 (FONTOURA, 2009).

Em 1999, a ONU criou o Escritório das Nações Unidas de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS), após o conflito militar ocorrido nos anos de 1998

e 1999. O Brasil enviou à missão um conselheiro militar, a partir de 2004, o qual era substituído a cada dois anos. Esse militar era, normalmente, um Coronel do Exército Brasileiro, e integrava a equipe de conselheiros militares (FONTOURA, 2009).

Posteriormente foi criada a MINUCI (Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim) em janeiro de 2003. A missão de pequena expressão possuía mandato para realizar ligação entre tropas de intervenção francesas e forças marfinenses (governo e rebeldes). A participação brasileira foi de 4 militares, sendo 3 do Exército e 1 da Marinha, desempenhando as funções de oficiais de ligação (DPKO, 2016).

No dia 27 de fevereiro de 2004 foi estabelecida a Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), em substituição da MINUCI. Com a missão de facilitar a implementação do acordo "Linás-Marcoussis", complementando as operações das Forças Francesas e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Desde 2003 o Brasil participa da missão com sete militares, sendo três no Estado-Maior da Força de Paz (um da Marinha, um do Exército e um da Força Aérea) e quatro como Observadores Militares (três do Exército e um da Marinha) (BRASIL, 2018c).

A ONU respondeu à crise na Libéria com diferentes missões de paz, duas das quais com participações de brasileiros: a UNOMIL (Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria), com 3 oficiais do EB, e a UNMIL (Missão das Nações Unidas na Libéria), com 2 observadores militares e 1 oficial de Estado-Maior (DPKO, 2016).

A participação brasileira em missões de Paz, especificamente no Haiti e na RDC, não será abordada neste tópico, tendo em vista serem o foco principal do trabalho e possuírem tópicos específicos.

A Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), criada em 2005, foi estabelecida para cumprir a tarefa principal de apoiar e fiscalizar o cumprimento do Acordo Abrangente de Paz, firmado naquele ano, entre o Governo do Sudão e o principal grupo rebelde em pauta, *The Sudan People Liberation Army* (Exército de Libertação do Povo do Sudão) (AGUILAR, 2015).

A participação brasileira nessa missão foi uma das mais expressivas remessas de observadores militares e oficiais de Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras. O efetivo do contingente de observadores e oficiais de Estado-Maior chegou a 21 militares, em rodízios anuais. A missão foi transformada com a independência do Sudão do Sul, em julho de 2011, o que deu origem a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) (AGUILAR, 2015).

No ano de 2010, o Brasil criou o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Centro Sérgio Vieira de Mello (CCOPAB), na cidade do Rio de Janeiro, especializado na preparação e orientação de militares brasileiros designados para operar em missões de paz e humanitárias sob a égide da ONU (BRASIL, 2018d).

Em virtude da crise de segurança, humanitária, de direitos humanos e política na República Centro-Africana, em 10 de abril de 2014 foi implantada a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-africana (MINUSCA). As Forças Armadas brasileiras contribuem com seis oficiais, sendo 4 do Exército e 2 da Marinha, os quais desempenham as funções tradicionais de observadores militares e Oficiais de Estado-Maior (BRASIL, 2017).

O país assumiu tarefas de coordenação e comando militar de importantes operações no Líbano (UNIFIL/2011), o que trouxe prestígio à política externa do país, aumentando a projeção brasileira no cenário mundial. A missão se destaca por permitir ao Brasil exercer a liderança da única força naval atuando pela ONU no mundo (BRASIL, 2018e).

Atualmente, o Brasil possui integrantes nas missões de paz do Líbano (UNIFIL), Chipre (UNFICYP), República Democrática do Congo (MONUSCO), República Centro-Africana (MINUSCA), Saara Ocidental (MINURSO), Abyei (UNISFA), Guiné Bissau (UNIOGBIS) e Sudão do Sul (UNMISS) (BRASIL, 2018e).

2.3 A República do Haiti e o EB na MINUSTAH

O Haiti é um pequeno país situado na região do Caribe, com 27.750 Km², território equivalente ao Estado de Alagoas. O território haitiano ocupa aproximadamente 1/3 dos 75.000 Km² da Ilha de Hispaniola (parte oeste), sendo que os 2/3 remanescentes correspondem à República Dominicana. A população haitiana é estimada em 10,84 milhões, sendo majoritariamente composta por negros (WORLD BANK, 2018).

O país foi o primeiro e único Estado independente a ser constituído por uma revolução de escravos negros, sendo a única república negra das Américas e a segunda mais antiga precedida apenas pelos EUA. Ainda assim, é um dos países mais pobres e de menor desenvolvimento humano do mundo, ocupando o 168º lugar

no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e taxas de desemprego de 14% (UNDP, 2018).

Em fevereiro de 2004, após a deposição do presidente Jean Bertrand Aristide, o Haiti entrou em convulsão social, com a insurgência de gangues e milícias que passaram a se enfrentar pelo poder no país.

Dois meses depois a MINUSTAH foi criada pela Resolução 1542, de 30 de abril de 2004, do CSNU, por um período inicial de 6 meses. Tal documento detalhou que a mesma poderia agir sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, com a finalidade de pacificar e estabilizar o Haiti, criando condições políticas para o fortalecimento das instituições democráticas do país (NAÇÕES UNIDAS, 2004).

Na realidade, a missão foi precedida por outras missões multinacionais, como a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH) e da Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH). Todas enfrentaram dificuldades para a o cumprimento dos seus mandatos. Reformas políticas profundas não foram implementadas e tais missões falharam em seus propósitos (BASTOS, 2007).

A MINUSTAH possuía uma organização padrão da ONU para missões de paz. O Representante Especial do Secretário-Geral ou “Head of Mission” era a maior autoridade em presença no país anfitrião e em seguida deste, existiam os diversos componentes, dentre os quais o militar (RODRIGUES, 2015).

O Brasil era membro eletivo do Conselho de Segurança e votou a favor da Resolução 1529 (2004) sobre o Haiti, anunciando dias depois, que teria interesse em dar contribuição substantiva para a futura missão e, possivelmente, indicar o comandante de seu componente militar. A possibilidade de ceder 1.200 militares para a nova missão criou controvérsia na opinião pública e no Congresso Nacional, a qual não conhecia paralelo desde a missão em Suez (FONTOURA & UZIEL, 2017).

Desde a criação da missão, o componente militar foi comandado por um oficial general brasileiro, o “Force Commander”, tendo sido nomeado como primeiro comandante militar da missão o General de Brigada Augusto Heleno Ribeiro Pereira. O componente brasileiro sempre foi o maior contingente militar da missão, tendo enviado inicialmente 1216 militares (ARTIFON, et al, 2017).

Os países contribuintes com forças militares no Haiti foram: Argentina, Benim, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Croácia, Equador, Espanha, França, Guatemala, Índia,

Jordânia, Marrocos, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, Sri Lanka, Estados Unidos e Uruguai (NAÇÕES UNIDAS, 2018c).

Conforme mencionado por Nunes (2015), verificou-se que durante o histórico da participação do Brasil em missões de paz, o ineditismo de chefiar o componente militar era um dos grandes desafios apresentados pela MINUSTAH, especialmente pela robustez da missão, tendo em vista a necessidade de realizar a proteção de civis (FONTOURA & UZIEL, 2017).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2018e), o Exército, através da Companhia de Engenharia (BraEngCoy), participou do esforço de desenvolvimento do país haitiano, desempenhando atividades como perfuração de poços artesianos, construção de pontes e açudes, contenção de encostas, construção e reparação de estradas, além de atuar em missões de defesa civil, sobretudo após o terremoto ocorrido em 2010.

Os Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) no Haiti realizaram as seguintes ações na área de segurança: escolta de comboio; segurança de autoridades; patrulhamento a pé e motorizado diuturno; estabelecimento de pontos de bloqueio e controle; segurança de estruturas estratégicas; operações conjuntas com a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e a Polícia da ONU (UNPOL); operações de busca e apreensão; e segurança das eleições (TORREZAM, 2016).

O BRABAT possuía, em sua composição de meios, além dos Estado-Maior Geral e Especial, duas Companhias de Fuzileiros, um Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, uma Companhia de Fuzileiros Navais, uma Companhia de Comando e Apoio, um Destacamento de Operações de Paz (DOPaz) e um Destacamento de Operações Psicológicas (DOP). Além disso, alguns Oficiais Superiores compunham o Estado-Maior da MINUSTAH.

Durante os 13 anos de atuação das Forças Armadas brasileiras, a população haitiana foi apoiada pela Missão na ocasião das duas catástrofes naturais que atingiram o país. No dia 12 de janeiro de 2010, um terremoto causou a morte de mais de 200 mil pessoas. Em 4 de outubro de 2016, o furacão Matthew causou inundações e deixou milhares desabrigados (BRASIL, 2018a).

No dia 13 de abril de 2017, o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 2350 (NAÇÕES UNIDAS, 2017b), que estendeu em seis meses o mandato da MINUSTAH, tendo sido o General de Divisão Ajax Porto Pinheiro, o seu último *Force Commander*. Estabeleceu ainda, que a partir de 16 de outubro do mesmo ano,

uma nova operação de manutenção da paz no país – Missão das Nações Unidas para o apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), composta apenas por civis e unidades de polícia (BRASIL, 2018a).

Desta forma, o Exército Brasileiro realizou a desmobilização de material e pessoal, encerrando uma missão vitoriosa de 13 anos de trabalhos árduos. A participação na MINUSTAH foi a maior operação militar brasileira no exterior desde a Segunda Guerra Mundial (PINHEIRO, 2015). No entanto, alinhado com a Estratégia Nacional de Defesa, parte do material permaneceu centralizado, de modo a facilitar e agilizar o desdobramento de tropas em outros países.

2.4 A RDC e o Exército Brasileiro na MONUSCO

A RDC (anteriormente Zaire) é um país africano com 2.344.858 km² (11º maior do mundo e 2º maior da África), situado na parte central, na região dos grandes lagos e fronteiro com os seguintes países: Angola, Burundi, República do Congo, República Centro-Africana, Ruanda, Sudão do Sul, Uganda, Tanzânia, Zâmbia (BRASIL, 2017).

O país possui uma saída para o Oceano Atlântico, de aproximadamente 30 km, sendo um dos países de menor litoral do mundo. Embora pequeno, possuir faixa litorânea no Atlântico Sul faz com que o país esteja inserido no entorno estratégico do Brasil (BRASIL, 2016c).

Em relação ao seu histórico, o território da RDC tornou-se colônia de exploração belga em 1878, fruto do imperialismo europeu sobre a África no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Em 1885, por ocasião da assinatura do Tratado de Berlim, as fronteiras africanas foram delimitadas, ratificando a exploração do território pelas potências europeias (VALENZOLA, 2015).

O regime imperialista suplantou o contexto de desordem social. Em 30 de junho de 1960 a RDC se tornou independente, no contexto da Guerra Fria, influenciada pelos Estados Unidos.

A participação militar brasileira no Congo se iniciou na década de 60, com a Força Aérea Brasileira representando o país no envio de aeronaves e tripulações de C-47 e SH-19 para o país. Nessa missão ocorreu o batismo de fogo das aeronaves

de asas rotativas, por ocasião de um arriscado resgate sob ameaça inimiga, salvando a vida de missionários e freiras encurralados por grupos rebeldes (BRASIL, 2016c).

O apoio na Operação das Nações Unidas no Congo (*Opération des Nations Unies au Congo* – ONUC), foi a primeira oportunidade que o Brasil teve para atuar em tarefas de caráter humanitário no âmbito das operações de paz, transportando e distribuindo gêneros alimentícios, suprimentos e medicamentos para a população congoleza (BRASIL, 2016c).

Em 1964, o país passou a se chamar oficialmente como República Democrática do Congo. Os americanos financiaram a manutenção de um aliado com suas perspectivas hegemônicas. O fruto desta conjuntura resultou no longo período do governo de Joseph Desiré Mobutu, que durou de 1965 até 1997 (VALENZOLA, 2015).

Com a eleição de Mobuto, o país conseguiu uma breve estabilidade política. O governante substituiu o nome do país para Zaire. Com a sua morte, em 1997, o novo governo voltou a nomear o país de República Democrática do Congo (BRASIL, 2016c).

O genocídio em Ruanda (massacre de tutsis e hutus moderados por extremistas hutus) em 1994, forçou o movimento de 1,2 milhão de refugiados oriundos de Ruanda para a província de Kivu, no leste da RDC. Esse fenômeno desestabilizou o país, gerando tensões étnicas, mortes e novo deslocamento de populações. A situação humanitária piorou com a eclosão de um novo conflito que começou em 1998, agravando ainda mais o quadro instável no país. Mais de dois milhões de pessoas fugiram para regiões ou países vizinhos (NAÇÕES UNIDAS, 2018e).

Depois da assinatura do acordo de cessar-fogo de Lusaka entre a RDC e cinco países da região (Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbábwe), o CSNU estabeleceu a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), na sua resolução em 30 de novembro de 1999. O objetivo inicial era planejar o cumprimento do cessar-fogo, a separação de forças e manter um vínculo com todas as partes no acordo de cessar-fogo. Posteriormente, o Conselho prorrogou o mandato da MONUC (NAÇÕES UNIDAS, 2018e).

Já em 2003, quando foi estabelecida a Força Multinacional Interina de Emergência (FMEI) para operar na Província de *Ituri*, o Brasil enviou o apoio de duas aeronaves C-130 Hércules com suas guarnições, incluindo pessoal de manutenção, comunicações e de saúde (AGUILAR, 2015).

No ano de 2006, foram realizadas as primeiras eleições livres e justas no país onde o presidente Joseph Kabila (filho de Laurent Désiré Kabila, assassinado em 2001) foi proclamado o vencedor, sendo o atual Presidente (NAÇÕES UNIDAS, 2018e).

O CSNU, por meio da resolução 1925 de julho de 2010, decidiu que a MONUC seria renomeada para Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), priorizando a proteção das comunidades civis e tendo como uma das missões, transformar *peacekeepers* em *peacemakers* (NAÇÕES UNIDAS, 2018e).

Posteriormente, no início de 2013, o CSNU aprovou a resolução 2098, criando a Brigada de Intervenção (FIB em inglês) da MONUSCO com mandato para realizar, inclusive, operações ofensivas. Com o efetivo aproximado de três mil homens, a Brigada conta com militares da África do Sul, Tanzânia e Malawi e do Exército Nacional da RDC (FARDC). Neste contexto, o engajamento ativo da FIB possibilitou que os aspectos políticos, militares e humanitários da MONUSCO fossem conjuntamente adaptados, influenciando a operacionalização da proteção de civis (NAÇÕES UNIDAS, 2013).

Para comandar a missão sob este mandato, a ONU nomeou o General de Divisão do Exército Brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz. Pela primeira vez, desde a criação da ONU em 1945, os *capacetes azuis* podiam usar a força para neutralizar grupos armados, sendo uma decisão histórica. Com o poder da iniciativa para derrotar e desarmar grupos rebeldes, o General Santos Cruz deu início ao combate contra os diversos grupos guerrilheiros (WELLES & DAVIES, 2014).

Em entrevista para a rede de TV Alzajeera, o General Santos Cruz mencionou sobre os desafios vindouros da missão: "...nosso desafio é trazer a paz e proteger a população da violência diária que temos aqui. Do sucesso ao desastre há uma linha muito tênue!" (WELLES & DAVIES, 2014).

O General Santos Cruz permaneceu no comando da missão até o ano de 2015. Esta participação não teve tropas brasileiras, contando apenas com o Estado-Maior pessoal do general. O general brasileiro foi o primeiro a comandar forças militares de agressão desde a campanha da FEB na Itália. (SOARES, 2016).

Após a saída do General Santos Cruz, o Brasil passou três anos sem a participação de militares na missão, mantendo apenas os militares responsáveis pela segurança do Embaixador brasileiro no país. Entretanto, após o país aceitar o convite,

no dia 14 de maio de 2018, o General de Divisão Elias Rodrigues Martins Filho assumiu o comando do componente militar da missão (NAÇÕES UNIDAS, 2018f).

Segundo o General Elias (BRASIL, 2018f), atualmente os conflitos estão concentrados na porção leste do país, principalmente nas Províncias de Kivu do Norte e do Sul. A região possui diversas minas de ouro, diamante, cobalto e grande porção de terras raras, alvo da cobiça de países vizinhos. O interesse externo pela exploração, aliado ao fato de o Estado congolês não estar presente e não organizar a exploração em favor do país, contribui e estimula a eclosão de conflitos.

Atualmente é a maior missão de pacificação da história das Nações Unidas, com militares e civis de 49 diferentes países de todos os continentes. A MONUSCO é composta por 16.215 militares, 1.441 policiais e 4.145 civis (NAÇÕES UNIDAS, 2018e).

Com relação ao conflito, existem dezenas de grupos armados na região, sendo alguns dotados de grande poder de fogo. Segundo a Agência de Refugiados das Nações Unidas (2018g), a RDC tem cinco milhões e dezessete mil deslocados ou refugiados, número inferior apenas à guerra da Síria. Entretanto, a despeito dos conflitos sangrentos no Leste, os acontecimentos não têm recebido a devida notoriedade da comunidade internacional.

A finalidade maior do componente militar é a proteção dos civis e estabilizar a situação, tendo em vista a elevada mortalidade de mulheres, crianças e idosos. O objetivo do componente policial é chegar aos termos de uma paz duradoura (BRASIL, 2018f)

A existência de valiosos recursos naturais no território foi, no passado, o principal motivo da colonização e segue hoje, sendo um fator de interesse de diversas instituições, inclusive estrangeiras. Tal interesse é crucial para a não dispersão do ambiente conflituoso (VALENZOLA, 2015).

Além disso, a incapacidade do Estado em estabelecer a sua autoridade em todo o seu território, a fricção social, étnica e religiosa e a fraqueza do sistema de defesa, resultaram em crises recorrentes (MINDJEME, 2017). Os problemas na RDC afetam os demais países em volta, pelo fato de ser fronteiro com nove nações, cada um com algum tipo de problema.

Tendo em vista a crise de segurança, humanitária, de direitos humanos e política na RDC, a proteção de civis é a sua maior prioridade e suas tarefas iniciais incluíram a assistência humanitária, a promoção e proteção de direitos humanos, o

apoio à justiça e ao Estado de direito e processos de desarmamento, desmobilização, reintegração, além de repatriação de nacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2018e).

Com o aumento da possibilidade do Brasil enviar tropas para compor a missão, foram intensificadas as missões de reconhecimento por parte do Ministério da Defesa. O General Elias mencionou em sua entrevista para o CCOMSEx sobre a atual situação: "...a missão hoje vive um momento crítico, de grande violência e precisa retomar o controle para que a população civil seja efetivamente protegida, como deseja a comunidade internacional" (BRASIL, 2018f).

A guerra no Congo já deixou cerca de 5,5 milhões de pessoas mortas. Nenhum outro conflito armado matou tantos seres humanos desde a Segunda Guerra Mundial (SOARES, 2015).

2.5 Expressões Psicossocial e Militar do Poder Nacional

Segundo a Estratégia Nacional de Defesa (2016b), o Poder Nacional (PN) é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional, manifestando-se nas Expressões Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científico-tecnológica.

Já a Doutrina Militar de Defesa (2007) conceitua como a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional de alcançar e manter os objetivos nacionais.

A estrutura do PN é estudada de acordo com a natureza prevalente de suas manifestações e dos elementos que as produzem. De modo a facilitar a análise, o aprofundamento e o detalhamento de cada expressão, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) sistematizou a subdivisão das expressões em vários itens. No presente estudo, o enfoque será nas expressões psicossocial e militar, tendo em vista as peculiaridades das missões e suas comparações (BRASIL, 2013).

Entende-se por Expressão Psicossocial do Poder Nacional a manifestação de natureza preponderantemente psicológica e social do Poder Nacional, que contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

A ECEME detalhou a referida expressão em quatro divisões (Cultura, Nível de bem-estar da sociedade, dinâmica ambiental e dinâmica estrutural da sociedade). As

subdivisões de cada um desses itens, que possuem correlação com o futuro emprego de tropas na RDC, serão abordadas no capítulo quatro (BRASIL, 2013).

De modo semelhante, de acordo com o Manual de Doutrina Militar de Defesa (2007), a definição de Expressão Militar do Poder Nacional é a manifestação, de natureza preponderantemente militar, do conjunto dos homens e dos meios de que a Nação dispõe que, atuando em conformidade com a vontade nacional e sob a direção do Estado, contribui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais.

De forma análoga, a ECEME realizou o mesmo detalhamento para a expressão militar, sendo dividida em oito partes (Estrutura militar, Capacidade de Comando e Controle, Integração das Forças Armadas, Adestramento e aprestamento, Moral militar, Capacidade logística, Território, e Relações entre as Nações). Da mesma forma, as subdivisões de cada um desses itens serão abordadas especificamente no capítulo cinco (BRASIL, 2013).

Desta forma, nos capítulos 4 e 5 serão abordados os aspectos psicossociais e militares respectivamente, de acordo com as informações colhidas na pesquisa documental, de modo a obter a comparação desejada.

3 METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade apresentar o caminho a ser percorrido visando solucionar o problema da pesquisa, especificando os procedimentos a serem realizados para alcançar os objetivos apresentados. Portanto, visa especificar a metodologia científica utilizada em todas as fases do trabalho.

Segundo NEVES e DOMINGUES (2007), "...a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas consagradas pela metodologia científica".

Desta forma, o presente trabalho foi estruturado da seguinte maneira: tipo de pesquisa, coleta de dados, tratamento de dados e limitações do método. Assim, seguindo a Taxonomia de Vergara (2008), por meio de uma pesquisa qualitativa, a pesquisa buscará comparar os cenários existentes nas duas missões de paz, nos campos psicossocial e militar.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi descritiva, qualitativa, aplicada, bibliográfica e documental. O trabalho foi descritivo, por detalhar características presentes na missão ocorrida no Haiti e na missão presente na RDC.

Quanto à forma de abordagem, esta pesquisa é qualitativa, pois os fatores psicossociais e militares cercam as dificuldades enfrentadas nos assuntos estudados neste trabalho, estando a subjetividade sempre presente. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, não requerendo, portanto, o uso de métodos e técnicas estatísticas, fazendo com que o pesquisador oriente a análise dos seus dados indutivamente (NEVES & DOMINGUES, 2007).

Além disso, a mesma foi aplicada, com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática. Com relação a parte bibliográfica, teve sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre fatores relacionados às duas missões já mencionadas. Foram realizadas consultas a bibliotecas, documentos expedidos pela ONU, revistas, livros, manuais, publicações, artigos científicos, monografias, periódicos e outros materiais disponíveis em meios eletrônicos. Essa pesquisa foi feita

com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com o material escrito sobre o assunto da pesquisa e permitir uma melhor compreensão do problema.

Por fim, a pesquisa foi documental, pois utilizou documentos de trabalho e relatórios do EB não disponíveis para consultas públicas. Teve por objetivo desenvolver conhecimentos potencialmente utilizáveis na prática e com proposição de recomendações.

3.2 COLETA DE DADOS

O presente trabalho foi iniciado com uma pesquisa bibliográfica na literatura (livros, revistas especializadas, periódicos, artigos, internet, teses e dissertações) com dados pertinentes ao assunto. Neste momento, foram levantadas as características e peculiaridades do ambiente operacional existente no Haiti em 2016 e 2017 e atualmente na RDC.

Posteriormente, utilizou-se a pesquisa documental nos arquivos do EB, mais especificamente do Estado-Maior do Exército (EME), Comando de Operações Terrestres (COTer) e no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), órgãos responsáveis pela tomada de decisão, assessoramento, emprego e preparo das tropas do EB para as missões de paz. O objetivo principal foi obter informações importantes em documentos não publicados, como manuais, Portarias, regulamentos internos, pareceres e relatórios.

Dessa maneira, não foi necessário realizar pesquisa de campo, uma vez que a pesquisa bibliográfica foi suficiente para a pesquisa deste trabalho.

3.3 TRATAMENTO DE DADOS

Devido à natureza do problema da pesquisa e do perfil desse pesquisador, foi escolhida a abordagem fenomenológica, a qual privilegiou procedimentos qualitativos de pesquisa.

Desta forma, utilizou-se a análise de conteúdo. Segundo Vergara (2008), o método é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Portanto, foram identificadas as

informações pertinentes aos dois cenários em questão (Haiti e RDC), tendo como delimitação, os aspectos psicossociais e militares (BRASIL, 2012).

Por fim, este trabalho de conclusão de curso (TCC) atende aos critérios de validade e cientificidade necessários à condução dos trabalhos.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia escolhida para esta pesquisa apresentou algumas dificuldades e limitações em relação à coleta e o tratamento dos dados.

As limitações estarão relacionadas aos posicionamentos relatados nas fontes apresentadas sob a forma de trabalhos acadêmicos, que por vezes ressaltam um aspecto parcial de observação do assunto aqui estudado, fazendo com que este pesquisador busque ao máximo a neutralidade nas interpretações e coerente elaboração, conforme as necessidades impostas pela problemática observada.

O presente trabalho apresenta como um primeiro critério de delimitação o espacial, uma vez que pretende estudar as consequências do desdobramento de um novo Contingente de Força de Paz do Brasil na RDC. Serão tomadas como amostra a MINUSTAH e a MONUSCO (GIL, 2002).

Em relação à coleta de dados, o método limitou-se aos contingentes que trabalharam no Haiti no período de 2016 a 2017. Este critério de delimitação é o temporal, isto é, o período em que o fenômeno a ser estudado será circunscrito. O período refere-se aos últimos anos da missão, caracterizando o último cenário vivenciado pelas tropas brasileira em missões de paz, além do fato do autor ter participado no penúltimo contingente (GIL, 2002).

Já em relação ao tratamento dos dados, ressalta-se que a experiência deste pesquisador em ter servido um ano na RDC como segurança do Embaixador brasileiro e o fato de ser ex-integrante da MINUSTAH, tende a minimizar as limitações deste método. Portanto, acredita-se que a metodologia adotada se mostrou coerente e satisfatória para o desenvolvimento da presente pesquisa, possibilitando uma relevante contribuição para o Exército Brasileiro.

4 COMPARAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NA MINUSTAH COM O EMPREGO NA MONUSCO, NA EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

As operações militares têm sido desenvolvidas, cada vez mais, em ambientes humanizados ou no seu entorno. Estas características vêm exercendo grande influência na forma de atuar das tropas, dificultando a identificação dos contendores, bem como dos não combatentes e aumentando a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações desencadeadas (BRASIL, 2015).

Por outro lado, o enfrentamento das forças adversas dar-se não apenas pela confrontação, mas também por meio da operação da seção de assuntos civis da missão, que promove ações cívico-sociais (ACISO) e de ajuda humanitária em ambientes de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) (BRASIL, 2015).

Desta forma, diversos aspectos psicossociais influenciam diretamente a forma como a tropa deve se preparar, atuar e interagir com a população local. Para isto, foram estabelecidos quatro fatores de comparação, baseados na expressão psicossocial do Poder Nacional, já mencionados no item 2.5.

4.1 Cultura

a. Nacionalidades e etnias

No país caribenho, cerca de 95% dos haitianos são de ascendência africana ocidental. Os demais são mulatos e uma minúscula minoria caucasiana. Devido ao sistema de casta racial instituído no Haiti colonial, os mulatos se tornaram uma elite social dentro da nação e foram racialmente privilegiados, possuindo preeminência evidente na hierarquia política, econômica e social. Não existem etnias capazes de prejudicar a unidade nacional ou a coesão interna (SMUCKER, 1989).

Diferentemente, o país africano possui cerca de duzentos grupos étnicos, sendo a etnia Bantu a maior (81% da população). Dentre as diversas minorias étnicas, destacam-se a Moro-Mangbetu, Mongo e Luba. A grande extensão territorial e a pulverização das etnias fizeram com que cada grupo tivesse seus anseios particulares, prejudicando a coesão interna, colaborando inclusive com a eclosão de conflitos armados (APPIAH & GATES, 2010).

As tropas brasileiras não sentiram os efeitos de lidar com etnias diferentes no Haiti, principalmente pelo fato do contingente estar sediado na capital do país. De modo diverso, as tropas no Congo estão sendo empregadas longe da capital Kinshasa. Existem diversas etnias no leste do país, o que indica que os militares brasileiros deverão tomar precauções adicionais quanto as diferenças étnicas em sua área de responsabilidade. A falta de percepção deste detalhe pode incorrer em inconvenientes ou perda do apoio da população por parte das tropas.

b. Língua oficial e dialetos

Atualmente, os idiomas oficiais do Haiti são o francês (influência da colonização francesa) e o creole haitiano (nativo). A língua francesa é amplamente utilizada em todas as regiões do país. No entanto, a população mais pobre utiliza predominantemente o creole.

Na RDC, o francês é a língua oficial (influência da colonização belga) sendo culturalmente aceito entre os diferentes grupos étnicos, facilitando a comunicação. Embora tenha o francês como idioma oficial e ser o país francofônico de maior população no mundo, apenas 15 milhões de pessoas falam esta língua habitualmente. Grande parte da população opta por falar seus dialetos nativos. Há cerca de 242 dialetos na RDC, mas existem quatro que são considerados línguas oficiais regionais: Kituba ("Kikongo ya leta"), Lingala, Tshiluba, e Swahili (BRASIL, 2016c).

Com relação à língua oficial, verifica-se que ambos os países utilizam o francês, podendo ser aproveitada a experiência de militares habilitados nesse idioma que atuaram no Haiti. Entretanto, a grande quantidade de dialetos existentes na RDC prejudica a coesão nacional, dificultando a comunicação da tropa com habitantes locais.

c. Costumes e tradições

No Haiti, é comum encontrar várias pessoas realizando serviços nas calçadas dos centros urbanos, como corte de cabelo, barraca de frutas e bazares diversos, o que contribui com a formação de aglomerações ao longo das vias. O futebol é um dos esportes nacionais preferidos, o que contribuiu de certa maneira com a aproximação com a população. De modo semelhante, o país celebra o carnaval como uma das principais festas nacionais. No entanto, como exemplo de costumes diferentes da cultura brasileira, é comum homens possuírem mais de uma mulher e por ocasião dos

velórios, ocorrem passeatas e carreatas com música, cantos e alegria (influenciando em algumas vezes o planejamento do itinerário de patrulhas motorizadas).

No país africano, o hábito da prestação de serviços nas calçadas também ocorre, bem como a adoração pelo futebol (possui times com maior expressão regional, como o Mazembe por exemplo). É comum observar no cotidiano, mulheres carregando grandes quantidades de peso (grandes volumes), no lugar dos homens, bem como a poligamia. Além disso, deve-se atentar para o ato de retirar fotos. Os congolese não gostam que estrangeiros retirem fotos, alguns inclusive com a intenção de extorquir dinheiro caso isso ocorra.

O Haiti possui alguns costumes semelhantes à RDC, principalmente pelo fato da colonização ter sido francesa e belga, bem como pelo tráfico de escravos. O fascínio gerado pelo futebol, materializado na imagem da Seleção Brasileira de Futebol, pode contribuir para a aceitação da população local em prol das tropas do BRABAT.

No entanto, a extensão do país faz com que os costumes e tradições no interior do Congo sejam mais heterogêneos (diferente do Haiti). Portanto, as tropas devem realizar minucioso estudo sobre o tema para cada área de atuação. A análise detalhada e individualizada da população presente na área de operações é imprescindível, pois alguns costumes, hábitos e tradições presentes na cultura brasileira ou mesmo existente na cultura congolese, podem não ser aceitos em certos tipos de localidades mais isoladas.

d. Cidadania

Com relação à condução dos processos eleitorais, as últimas eleições no Haiti foram realizadas no final de 2016 e início de 2017. Os ânimos políticos estavam menos acirrados, apesar da contestação do resultado por parte da oposição. A MINUSTAH realizou a segurança e o controle do pleito, o qual ocorreu de maneira controlada, sem grandes incidentes e com reconhecimento internacional e interno (corroborou com a decisão de encerramento da missão). As tropas foram empregadas em diversos locais do país, denotando grande envolvimento do componente militar no processo.

Para o ano de 2018, estão previstas eleições presidenciais no Congo. A data prevista para a realização é no dia 23 de dezembro. O ambiente político é instável, tendo em vista a tentativa de reeleição ilegal do atual Presidente, o que pode tornar o

processo conturbado (CASCAIS, 2018). A intenção do atual FC é conduzir o processo eleitoral de maneira pacífica e de modo que seja reconhecida no âmbito interno e externo (BRASIL, 2018f).

As eleições são atividades que envolvem diretamente o componente militar da missão de paz. As tropas brasileiras garantiram o último pleito no Haiti, sob um quadro de estabilidade política. O fato das eleições na RDC serem realizadas neste ano (anterior a um possível desdobramento de tropas brasileiras) é um facilitador, pois a condução deste tipo de atividade é complexa, tendo em vista que o atual contexto político pode dificultar o emprego das tropas.

4.2 Nível de bem-estar da sociedade

a. Indicadores de saúde

As altas taxas de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida e milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza constituem grandes desafios para os habitantes de ambos os países. Segundo Lima (2015), as doenças infecciosas de maior magnitude que afetaram as tropas brasileiras no Haiti foram a diarreia, a dengue e a malária.

De modo geral, as principais doenças endêmicas na RDC que diferem do Haiti são: febre amarela, tifo e ebola (descoberto pela primeira vez em uma região de floresta da Província do Equador, ao norte da RDC), além de sofrer com uma epidemia de sarampo desde 2010. Como no Haiti, a AIDS permanece como um dos maiores problemas da saúde pública do país. Além disso, a probabilidade de intoxicação alimentar no país é alta, devido à ausência de cuidados básicos de higiene no manuseio de frutas e demais tipos de alimentos.

De forma semelhante, ambos os países possuem baixos índices sanitários. As medidas profiláticas e de esterilização serão primordiais para a manutenção da higidez da tropa no Congo. Diferentemente do Haiti, as doenças febre amarela, tifo, sarampo e ebola são endêmicas na RDC, o que exige maiores cuidados na seleção das vacinas e exames a serem exigidos, evitando a repetição dos mesmos sem uma análise clínica mais aprofundada. Deve-se atentar também com relação aos soros antiofídicos e doenças tropicais (regiões da selva congoleza). Os riscos biológicos,

além de ameaçarem a vida dos militares, prejudicam a operacionalidade da tropa, por meio de afastamentos para tratamento e repatriamentos por incapacidade física.

b. Educação

A taxa de alfabetização entre os haitianos é de 60,73%. Com relação ao aprendizado dos idiomas oficiais, as crianças normalmente aprendem o creole com os pais e o francês na escola.

De forma análoga, a taxa de alfabetização entre os congolezes é de 67,17%. Os costumes de aprendizado linguístico também são semelhantes, onde a criança aprende o dialeto local no seio familiar e o francês na escola (POPULATION DATA, 2018).

Os altos índices de analfabetismo podem dificultar a comunicação de militares brasileiros habilitados no idioma francês com a população mais pobre (dificilmente falam francês), aumentando a demanda de utilização de intérpretes locais que falem os dialetos regionais.

c. Urbanização

O principal emprego das tropas brasileiras no Haiti foi na capital Porto Príncipe, onde existe grande concentração urbana, com 1.234.742 milhão de pessoas (WORLD POPULATION, 2018). A falta de infraestrutura, aliada ao precário serviço de coleta de lixo (grande acúmulo nas ruas), prejudicou, em alguns momentos, a mobilidade das tropas, dificultando a passagem de veículos (PINHEIRO, 2015).

Na MONUSCO, pelas características dos prováveis locais de emprego, seria pouco provável o BRABAT ser empregado na capital Kinshasa ou em outro grande centro urbano. As chances de atuação em vilarejos rurais ou em regiões de selva é alta. Desta forma, verifica-se que os óbices no Teatro de Operações Africano serão diferentes dos encontrados na capital haitiana.

d. Opinião pública

Para o Exército Brasileiro, no ambiente operacional contemporâneo, a opinião pública (nacional e internacional) tem se apresentado menos disposta a aceitar erros no emprego da força (BRASIL, 2015). Foi realizado ao logo da missão no Haiti um consistente trabalho de estreitamento dos laços com a população haitiana. Nos

últimos contingentes, a imagem positiva do soldado brasileiro já havia sido construída, favorecendo a atuação das tropas.

O fato do Brasil ainda não ter enviado tropas à RDC pode gerar dúvidas e desconfianças na população. No entanto, a manutenção de um padrão de excelência na prevenção do abuso e exploração sexual seria uma forte credencial, tendo em vista a ocorrência pregressa de casos de abuso sexual por integrantes da ONU no país. Um dos fatores que podem contribuir com o sucesso da missão é a relação das tropas com a população local. A criação da empatia do soldado brasileiro (como ocorreu no Haiti) vai gerar maior aceitação por parte do congolês, contribuindo, inclusive, com o apoio de informações essenciais para as operações militares.

e. Religião

O catolicismo é consagrado na Constituição haitiana como a religião oficial do Estado, e entre 80 e 85% dos haitianos são católicos. A prática de Vodou é muito comum. Estima-se que 80% dos católicos praticam os rituais de vodou (religião de origem africana), considerada também como religião oficial desde 2003. Existe ainda, uma pequena comunidade muçulmana (MARTINS, 2011).

Na RDC, o cristianismo (70- 80%) é a religião majoritária, seguida do islamismo (10-12%) e de crenças locais (2-10%). A maioria das pessoas que seguem outras religiões são, ou muçulmanas ou adeptas de alguma religião local, como o Tocoísmo ou o Kimbanguismo (BRASIL, 2016c). Na cidade de Kinshasa, existem padres missionários brasileiros que residem no país com a finalidade de propagar a religião católica para populações mais carentes.

O fato do cristianismo também ser predominante no Brasil, contribui para que ocorra o estreitamento com a população local congoleza, principalmente por meio de ações envolvendo o capelão do contingente (preferencialmente padre). No entanto, as regiões rurais são mais susceptíveis a outros tipos de crenças, o que aumenta de importância o conhecimento dos hábitos religiosos locais. Especial atenção deve ser dada ao islamismo, tendo em vista alguns hábitos distintos das religiões brasileiras.

4.3 Dinâmica ambiental

a. Biosfera

A situação geográfica, geológica, geomorfológica e climática haitiana deixam o

país exposto a uma ampla gama de fenômenos naturais perigosos. A ilha de Hispaniola localiza-se próxima a regiões de encontro de placas tectônicas e na rota permanente de furacões. Como exemplo, no ano de 2010, ocorreu um forte terremoto que atingiu o país com consequências catastróficas (NAÇÕES UNIDAS, 2010). Desta forma, as tropas do BRABAT permaneciam em constante alerta, de modo a minorar os efeitos desses tipos de catástrofes naturais.

Já a RDC, por estar situada no “coração” do continente africano, não possui histórico de furacões. No entanto, no Leste do país (região prioritária da área de operações da MONUSCO) as atividades sísmicas são relativamente frequentes. Existem seis vulcões ativos. São eles: May-ya-moto, Nyiragongo, Tshibinda, Nyamuragira (vulcão mais ativo do continente), Karisimbi e Visoke. Em consequência, algumas cidades como a de Goma, no extremo leste da RDC, vive sob constante alerta para possível evacuação (CARSTEN, 2014).

Desta forma, verifica-se que os cuidados relativos a terremotos e erupções de vulcões devem ser priorizados, podendo ser utilizados a expertise e os procedimentos adotados no Haiti contra terremotos.

4.4 Dinâmica estrutural da sociedade

a. Qualidade de vida (IDH)

A maioria da população de ambos os países vive em condições extremamente precárias. Segundo a ONU, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Haiti ocupa o 163º lugar (0,493) e a RDC encontra-se no 176º lugar (0,435), em uma lista de 188 participantes.

Percebe-se que todos os cuidados de profilaxia, limpeza e higiene adotados no Haiti devem ser aplicados e se possível melhorados, tendo em vista o quadro semelhante de baixas condições sanitárias da RDC.

b. Emprego

Os últimos contingentes do BRABAT no Haiti contratavam dezenas de haitianos, para prestarem serviços de intérpretes, limpeza, manutenção e preparo de alimentos. Estes funcionários locais realizavam atividades básicas para o

funcionamento normal de um batalhão, não onerando os militares, contribuindo com o aumento do poder de combate.

Na MONUSCO, este procedimento ocorre de maneira similar. Em um país com taxas médias de desemprego em 12%, tanto os batalhões como o Quartel-General contratam congolezes para a prestação de diversos serviços.

Em ambos os países, devido à falta de emprego existente, vários habitantes locais procuram a ONU em busca de emprego, o que favorece a seleção dos mesmo (o pagamento em dólar faz com que o habitante local adquira um bom poder aquisitivo em relação ao restante da população). O Brasil necessitará de imediato, contratar funcionários locais (principalmente intérpretes – dialetos diferentes do francês). A experiência adquirida no Haiti poderá ser utilizada na RDC, pois contratos trabalhistas já traduzidos para o francês, por exemplo, poderão ser aproveitados (sistema ONU).

c. Migrações internas e externas

Nos últimos anos, verificou-se a intensificação da saída de haitianos para outros países, inclusive para o Brasil. Com relação aos movimentos populacionais internos, o mais comum é o de pessoas oriundas do meio rural para os grandes centros urbanos, principalmente para a capital Porto Príncipe.

De modo diverso, a RDC é um dos países com mais deslocados do mundo. O próprio conflito no país causa diversas migrações internas forçadas. A violência prevalece sobretudo em Kivu do Norte e do Sul, e mais recentemente, em Kasai e Tanganyika. Segundo Mindjeme (2017), a RDC foi o país com a maior quantidade de pessoas obrigadas a deixar as suas casas – quase um milhão – e ir para outras partes do território devido à violência.

Com relação às migrações externas, vários congolezes se refugiam em Angola, Uganda e Ruanda. Para piorar a situação, o país sofre com a falta de estrutura para apoiar a chegada de cerca de 500 mil refugiados do Burundi, Ruanda, Sudão do Sul e República Centro-Africana (DEUTSCHE WELLE, 2017).

Diferentemente da situação vivenciada no Haiti, para um possível emprego na RDC deverão ser enfatizados os procedimentos adotados com refugiados, em diversas situações (internos e externos). Além disso, as tropas deverão ter o entendimento da situação existente nos países fronteiriços, que também possuem conflitos, tendo em vista a possibilidade de acolhimento de refugiados externos.

5 COMPARAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NA MINUSTAH COM O EMPREGO NA MONUSCO, NA EXPRESSÃO MILITAR

A expressão militar é a mais visível por ocasião do emprego de tropas, interferindo de modo direto na forma de planejar, agir e se preparar. Para isto, foram estabelecidos oito fatores de comparação, baseados na expressão militar do Poder Nacional, já mencionados no item 2.5.

5.1 Estrutura militar

a. Instituições militares locais

A única força de segurança do país, a Polícia Nacional Haitiana (PNH) apresenta déficit de efetivos e equipamentos, além de ser foco da desconfiança da população em função do seu legado de corrupção. A antiga MINUSTAH tinha como uma das missões, treinar e adestrar os efetivos policiais locais. Existia forte interação entre a PNH e as tropas brasileiras, atuando juntos em várias operações (PINHEIRO, 2015).

Diferentemente do Haiti, na RDC existem as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), além da Polícia Nacional do Congo (PNC) e da Guarda Republicana. As tropas congoleesas atuam principalmente na porção leste do país, de maneira coordenada com as tropas da MONUSCO. Desta forma, verifica-se que a existência de Forças Armadas regulares contribui com as ações das tropas da ONU, dividindo os encargos e responsabilidades militares.

b. Organização e articulação das tropas da ONU em presença

Com a proximidade do término da missão militar, a MINUSTAH começou gradativamente a reduzir os efetivos militares. Durante o ano de 2017, período em que o componente militar começou a ser retirado, o BRABAT permaneceu como única tropa combatente presente no país, abarcando todo o país como área de atuação, aumentando os encargos de planejamento, deslocamentos e logística.

De modo diverso, a MONUSCO tem o efetivo de 16.215 militares, além de 660 observadores militares e membros do Estado-Maior (NAÇÕES UNIDAS, 2018e). Conta ainda com a Brigada de Intervenção (BI), incumbida de neutralizar grupos

armados e desarmá-los, de forma a facilitar o processo de estabilização do país. Contando com 3.069 homens distribuídos entre três batalhões de infantaria, um de artilharia, um de forças especiais e uma companhia de reconhecimento, a BI realiza operações ofensivas estratégicas “de uma forma robusta, extremamente dinâmica e versátil” (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Desta forma, verifica-se que a participação brasileira na MONUSCO com 1 batalhão não será tão expressiva, em valores absolutos de efetivos, como no Haiti.

Além disso, não é possível estabelecer comparações entre a Brigada de Intervenção e a tropa no Haiti (MINUSTAH), pois a segunda não previa ações ofensivas em seu mandato e era uma missão de estabilização em um país com níveis de violência inferiores àqueles encontrados na RDC, crescendo de importância a atualização das regras de engajamento.

5.2 Capacidade de comando e controle

Tanto o comando político como o militar da missão no Haiti estavam concentrados em Porto Príncipe. Somente durante o apoio à população desabrigada pelo furacão Matthew e após o início da desmobilização de tropas situadas fora da capital (Cap Hatien ao norte e Les Cayes à leste) foi que o BRABAT atuou com tropas fracionadas. A estrutura de comunicações existente em Porto Príncipe facilitou o comando e controle.

Em relação à MONUSCO, o comando político da missão situa-se na capital Kinsasha e o comando militar situa-se na cidade de Goma, no leste do país, distando cerca de 1700 km da capital. Além disso, a expertise brasileira na atuação em regiões de selva pode ser relevante para um provável emprego neste tipo de ambiente. Portanto, verifica-se que as grandes dimensões do país e a existência de regiões de selva equatorial podem dificultar a utilização dos meios de comunicações das tropas brasileiras.

No entanto, o fato dos comandantes dos componentes militares nas duas missões serem brasileiros facilita o comando, por ocasião da emissão de ordens e retirada de dúvidas (idioma comum).

5.3 Integração entre as Forças Armadas brasileiras

Com relação a esse aspecto, provavelmente a integração entre a Marinha, Exército e Força Aérea ocorrerá na RDC da mesma forma como ocorreu no Haiti. A missão é controlada pelo Ministério da Defesa, sendo o efetivo composto por militares das três Forças. Obviamente, por ser um Batalhão de Infantaria, a proporção de militares do EB é muito superior. Dentro do BRABAT, normalmente a Marinha fornece o militar responsável pelos trâmites portuários (Oficial da Armada) e contribui com o preenchimento de algumas funções do Estado-Maior.

Além disso, o Batalhão no Haiti contava com um Grupamento de Fuzileiros Navais. Já a Força Aérea participava com o militar responsável pelos trâmites aeroportuários (Oficial Aviador), 01 (um) pelotão de fuzileiros e também com o preenchimento de algumas funções do Estado-Maior e auxiliares.

5.4 Adestramento e aprestamento

Durante a missão no Haiti, o próximo contingente a ser empregado permanecia em estreito contato com o BRABAT, facilitando a condução do adestramento em consonância com a situação atual do ambiente operacional. Além disso, a sistemática de aprestamento do novo contingente já estava consolidada e acontecia de forma cíclica (rodízio entre alguns Comandos Militares de Área), otimizando o processo.

A incerteza do desdobramento na RDC ou em outro país, juntamente com a inexistência de prazos definidos, prejudica o adestramento e aprestamento contínuo de tropas para serem empregadas em missões de paz. Atualmente, não existe nenhuma tropa do EB selecionada e que mantenha treinamento constante para o emprego no exterior. Tal fato prejudica o adestramento e o aprestamento de tropas para cumprir este tipo de missão, diminuindo cada vez mais, a possibilidade de aproveitar a experiência adquirida na MINUSTAH.

De modo a mitigar esta desvantagem, o EB possui em estudo a criação de uma Força Expedicionária (F Expd) para apoiar de forma permanente a participação do Brasil em missões no exterior. A constituição da nova força ainda está na fase de definição da organização, estrutura e preparação para atuar (COMUNELLO, 2018).

5.5 Moral militar

a. Imagem da Força

O Brasil conseguiu encerrar a missão no Haiti com credibilidade perante o cenário internacional, fruto do trabalho realizado durante todo o período. As tropas brasileiras adquiriam prestígio e respeito, obtendo a imagem perante a ONU de que se atêm estritamente à letra e ao espírito do mandato do CSNU e respeitam e dialogam com a população local (MORETTI, 2013).

Uma possível participação na MONUSCO, missão considerada de risco elevado e em ambiente operacional diferente do Haiti, pode mudar essa imagem. Em entrevista concedida pelo General de Divisão Elias (BRASIL, 2018f), “...há três ou quatro anos, vêm se tornando comuns ataques às tropas, provocando a morte de *peacekeepers*.” Dependendo do local empregado e da atuação dos grupos guerrilheiros, a possível morte de militares brasileiros em combate pode enfraquecer a imagem da Força, principalmente perante a opinião pública brasileira.

b. Apoio da população

As tropas brasileiras foram amplamente elogiadas, inclusive por vários ex-chefes civis da MINUSTAH, pela sua eficiência e facilidade em se comunicar com a população local. Essa facilidade se baseou em uma preferência pelas soluções pacíficas colhidas da população. Segundo Kenkel (2012), com base na afinidade de cultura e experiências pessoais entre as tropas e a população haitiana, a ideia é que os soldados brasileiros possuem uma capacidade maior de avaliar situações potencialmente perigosas nas favelas do Haiti do que seus homólogos oriundos de países desenvolvidos que não dispõem de tal experiência.

A imagem do brasileiro é bem vista no Congo, principalmente pelo simbolismo da camisa da seleção brasileira de futebol. Os congoleses gostam do esporte e admiram o futebol brasileiro, fator que pode auxiliar na aproximação com a população local. Portanto, existe grande chance de sucesso, caso os procedimentos adotados no Haiti sejam adotados na RDC, em relação à população local.

5.6. Capacidade logística

Toda logística envolvendo o desdobramento de tropas em outro país é complexa. No último ano da MINUSTAH, o fluxo logístico estava consolidado. O

BRABAT possuía em sua base, materiais acumulados ao longo de 12 (doze) anos de missão. Além disso, o principal porto e aeroporto do país localizam-se na cidade de Porto Príncipe, cidade onde o batalhão foi desdobrado, facilitando o transporte.

De modo diverso, o desdobramento logístico inicial na RDC será bem árduo. A quantidade de viaturas, armamentos e material para a montagem da estrutura mínima de um Batalhão de Força de Paz fazem com que esse processo em si, seja uma grande operação militar. Atenção especial deve ser dada ao período de chuvas, que na parte Norte do país, ocorre de abril a junho e de setembro a outubro (interfere na condição das estradas afastadas dos centros urbanos).

Partindo-se da hipótese de desdobramento do BRABAT no leste do país (cidade de Goma), a logística a ser realizada por meio marítimo deve se dirigir ao Porto de Matadi (local de desembarque e limite para as embarcações brasileiras) e seguir por via terrestre até a capital Kinshasa (aproximadamente 358 km de distância). Posteriormente, caso a preferência continue pelo meio fluvial, realizar o deslocamento até Kissangani (aproximadamente 1.235 km), devendo seguir por meio terrestre a partir de então, demonstrando a necessidade de utilizar vários modais (DISTANCE CALCULATOR, 2018).

Caso a logística seja realizada por meio aéreo, o local de entrada seria na capital Kinshasa (desembarques alfandegários e sede administrativa da MONUSCO). Em seguida, são cerca de 1.582 km de distância em linha reta até a cidade de Goma (DISTANCE CALCULATOR, 2018). Existe ainda a possibilidade de desembarque na costa leste africana, pelo Quênia ou pela Tanzânia. As distâncias são menores mas existe a desvantagem de ter que realizar os procedimentos administrativos em mais de um país.

No entanto, a MONUSCO possui a experiência e a estrutura consolidada de logística no país, devido ao longo período de presença, o que favorece um futuro desdobramento logístico brasileiro. Além disso, o contingente poderá contar com o apoio da Embaixada brasileira e do Destacamento Diamante (presente no país de maneira contínua desde o ano de 2006), principalmente na capital Kinshasa.

5.7 Território

As informações sobre a posição, os tamanhos dos países, bem como os países

fronteiriços, já foram mencionados nos itens 2.3 e 2.4 deste trabalho. A principal diferença entre os países é a extensão territorial da RDC. A porção oriental do Congo, região provável de desdobramento, possui características fisiográficas similares à Amazônia Brasileira. A existência de florestas densas, grandes rios, clima quente e úmido, com uma estação seca e outra chuvosa fazem com que o ambiente seja muito próximo ao da Região Norte do Brasil.

Portanto, verifica-se que as Forças Armadas Brasileiras podem aproveitar a larga experiência de atuação na região amazônica, pois a MONUSCO opera em terrenos similares.

5.8 Relações entre nações

a. Diplomacia

Ambos os países possuem embaixadas em Brasília, bem como o Brasil possui embaixadas em Porto Príncipe e Kinshasa. A MINUSTAH foi a primeira missão de paz majoritariamente regulada pelo Capítulo VII da Carta da ONU da qual o Brasil participou empregando o uso da força no nível tático. A imposição da paz estava vinculada ao combate das gangues e forças desestabilizadoras da governança haitiana (PINHEIRO, 2015). De maneira simplificada, o problema a ser enfrentado no Haiti era de origem interna, sem interferência de outros atores estatais, como por exemplo, a República Dominicana (único país fronteiriço).

Em relação ao país africano, o principal foco de tensão são os movimentos rebeldes, o que à primeira vista, aparenta ser um problema exclusivamente interno. No entanto, o Congo tem relações internacionais conturbadas com alguns países vizinhos, como por exemplo, Uganda e Ruanda. Além disso, o arcabouço diplomático regional é extremamente complexo e delicado, principalmente devido aos milhares de refugiados que permeiam a região.

Desta forma, verifica-se que o ambiente diplomático no centro da África é muito mais conturbado que na ilha caribenha, o que exigirá maior atenção dos chefes militares, principalmente com relação a problemas complexos e inéditos relativos a suscetibilidades diplomáticas.

b. Guerra

1) Ambiente Operacional

Para o EB, na caracterização do ambiente operacional, um dos principais componentes a ser considerado tem sido a assimetria associada a um elevado grau de imprevisibilidade das ameaças, tornando cada vez mais difícil a correta identificação, caracterização e localização das ameaças e riscos (BRASIL, 2015).

O ambiente operacional haitiano foi predominantemente urbano, em localidades ou grandes centros. As técnicas e procedimentos eram focados em regiões edificadas e com grande aglomeração de pessoas.

Ao contrário, o provável ambiente operacional a ser encontrado no leste da RDC será o meio rural, com a presença de localidades de médio e pequeno porte e em alguns casos, em regiões de selva equatorial. As técnicas e procedimentos devem ser mais voltadas para ações de contra-guerrilha, contraemboscadas e combate convencional em ambiente rural. Conforme mencionado pelo atual *Force Commander* (2018), "...o ambiente é tenso e de risco elevado". Portanto, verifica-se que os ambientes operacionais são distintos, havendo a necessidade de adaptar o modo de atuação de acordo com o ambiente operacional congolês.

2) O inimigo

Os principais inimigos encontrados pelas tropas brasileiras no Haiti eram os membros de gangues e organizações criminosas. O colapso da autoridade do Estado haitiano e das instituições estatais abriu caminho para o surgimento de grupos violentos assentados em conflitos sociais e lutas políticas, mas também de cunho apolítico como quadrilhas de traficantes e sequestradores (PINHEIRO, 2015).

Em termos operacionais, as atividades das gangues eram confrontadas por meio de ações coordenadas que envolviam grandes efetivos e incluíam buscas realizadas nas residências que resultava em um grande número de prisioneiros. Contudo, a cada nova operação desta natureza, o número de detidos caía, pelo progressivo conhecimento da forma de emprego da tropa brasileira por parte da força adversa (BRASIL, 2005).

Diferentemente, segundo o General Elias (CCOMCEX, 2018), existem mais de 200 (duzentos) grupos armados na RDC, sendo cinco destes com grande poder de fogo. Cada grupo guerrilheiro possui um objetivo ou anseio diferente do outro,

podendo ser de cunho político, econômico ou social, apoiados ou não por países vizinhos.

Segundo Kenkel (2012), os níveis de uso da força na RDC e no Sudão têm sido muito superiores aos utilizados no Haiti, mesmo no período em que as resistências eram maiores. De acordo com Harig (2018), a Brigada de Intervenção usou artilharia e helicópteros de ataque para neutralizar grupos armados. Desta forma, verifica-se que o inimigo a ser enfrentado na RDC é diferente do enfrentado no Haiti, crescendo de importância as atividades de inteligência e preparo.

c. Terrorismo

Segundo o Manual de Operações de Pacificação (2015), redes criminosas e grupos extremistas transnacionais de diferentes matizes encontram maior liberdade de ação, explorando a instabilidade dos chamados estados falidos, com graves problemas de governança.

No Haiti, conforme mencionado, a criminalidade utilizava ações ilícitas de caráter urbano e convencional. Na RDC, embora existam dezenas de grupos armados, os mesmos usam basicamente métodos de guerrilha rural. Além disso, não ficam evidenciados grandes disputas religiosas (islã contra catolicismo por exemplo). Desta forma, verifica-se que tanto no Haiti como no Congo, não existem facções ou indícios de ações terroristas atualmente.

6 CONCLUSÃO

Ao longo do século passado até os dias atuais, a ONU empregou uma série de operações para o restabelecimento da paz e para a reconstrução dos Estados-Nação. No intuito de resolver os conflitos, os mandatos apresentaram qualidades como a legitimidade e a capacidade de implantar e manter soldados e policiais de todo o mundo, integrando-os com as forças de paz civis para cumprir missões multidimensionais. As forças de paz da ONU proporcionaram, dessa forma, segurança e apoio necessários à transição de conflitos para a paz, em vários países.

A nova conjuntura mundial apresenta uma multiplicação dos conflitos regionais. A multiplicidade de características de que se revestem estes conflitos exigirá que os países contribuintes de tropas estejam em condições de, quando necessário, preparar contingentes para atuar em diversos terrenos. A adaptabilidade é importante para garantir a constância na participação em missões de paz.

Nesse contexto, o Brasil tem participado de forma proeminente em várias dessas missões. A cessão de tropas, de observadores e peritos (civis, militares e policiais) é um instrumento importante para troca de informações, para o reconhecimento de regiões, para o aperfeiçoamento profissional e para o aprendizado de novas metodologias de trabalho. A constante participação de militares brasileiros nessas missões denota o interesse do país em projetar-se como promotor de soluções de desenvolvimento e segurança para as crises internacionais, de acordo com suas capacidades operacionais e interesses estratégicos.

A contribuição brasileira neste tipo de missão, constitui opção racional e coerente, tendo em vista o país não ostentar, na atualidade, um poderio bélico que lhe proporcione outras opções de inserção no cenário internacional. Portanto, verificou-se que a competente participação das Forças Armadas Brasileiras, juntamente com a atuação diplomática do Itamaraty, contribuíram de forma relevante para o engrandecimento e a projeção do Brasil.

A participação na MINUSTAH significou, provavelmente, um dos maiores investimentos políticos e materiais no campo da paz e segurança internacionais, tanto pela quantidade de tropas empregadas, quanto pela imagem positiva disseminada em escala mundial. Desta forma, as experiências adquiridas ao longo da missão devem ser utilizadas e empregadas em missões futuras, de modo a evitar a repetição de erros. Sem dúvida, o período imerso no sistema ONU fez com que os militares

brasileiros adquirissem a expertise necessária para atuar de forma eficiente. No entanto, como cada missão possui suas peculiaridades, é imprescindível comparar os aspectos que sejam semelhantes e distintos, no intuito de identificar as práticas que devem ser repetidas ou evitadas.

A MONUSCO, pelo simples fato de ser a missão com o maior efetivo militar atualmente, já figura como opção relevante. Desta forma, a comparação realizada no presente trabalho, nas expressões psicossocial e militar do Poder Nacional, servirá de embasamento para o possível emprego de tropas brasileiras em terras congolenses.

Com relação aos aspectos psicossociais, verificou-se que a maior parte dos fatores de comparação, indicam semelhanças entre a situação existente no Haiti e na RDC. A imigração forçada de negros oriundos de diversos lugares da África, forjou as bases da identidade haitiana, com forte influência cultural e religiosa. Desta forma, as experiências colhidas ao longo da MINUSTAH, em aspectos como língua, cidadania e religião, podem ser aproveitadas na MONUSCO, existindo vários pontos de convergentes.

Além disso, ainda sob o enfoque psicossocial, os países se assemelham em relação ao bem estar e estrutura da sociedade. Ambas as Repúblicas foram colonizadas por potências europeias, tendo o mesmo histórico de exploração nos séculos anteriores. Identificados como Estados Falidos, ou seja, Estados que mais apresentam dificuldades em exercer suas soberanias em seus respectivos territórios, ambos possuem precárias estruturas de apoio à população, materializados principalmente nos baixíssimos índices de IDH e elevada taxa de desemprego. Portanto, as lições aprendidas inerentes a esses fatores, colhidas na MINUSTAH, podem ser replicadas em um possível emprego na MONUSCO.

Em relação aos aspectos militares, percebe-se que a maioria dos fatores de comparação, apontam diferenças entre as duas missões. O fato do território da RDC ser 84 (oitenta e quatro) vezes maior que o Haiti, bem como o efetivo da MONUSCO ser aproximadamente 16 (dezesseis) vezes maior que o da MINUSTAH, influenciam bastante no campo militar. No Congo, tanto o ambiente operacional como o inimigo a ser enfrentado é bem distinto do vivenciado no HAITI. Essas condicionantes, aliadas ao alto risco de morte em combate, indica que o *modus operandi* a ser empregado na MONUSCO deve ser dada atenção especial, principalmente em seu adestramento, de modo a não comprometer a imagem da Força.

Ademais, ainda sob a perspectiva do campo militar, nota-se que os desafios logísticos e de Comando e Controle no território congolês serão maiores. A grande extensão territorial, a precariedade de infraestrutura local, juntamente com as áreas prioritárias de emprego das tropas da MONUSCO (leste do país), fazem com que a logística de desdobramento e emprego de um BRABAT sejam dificultadas, diferentemente do que ocorria em Porto Príncipe.

No entanto, as Forças Armadas brasileiras estão habituadas a operar em cenários diferentes dentro do próprio território, o que minimiza a complexidade da adaptabilidade exigida. Para tal, cresce de importância a capacidade de organizar, preparar e integrar Forças de Paz com contingentes nacionais, assim como a capacidade de prover o adequado apoio logístico aos contingentes a serem empregados.

O sucesso da missão no Haiti, o comando brasileiro junto à MONUSCO de 2013 a 2015 com o General Santos Cruz, aliados com o atual comando do General Elias na MONUSCO, fez com que o Brasil construísse para si e para a comunidade internacional, um elevado prestígio sobre a sua participação neste tipo de operação. É imprescindível que o Brasil incorpore as lições aprendidas no Haiti. Para tanto, é fundamental que o país se mantenha engajado em operações de paz da ONU.

O Brasil está prestes a completar um ano sem tropas do Exército atuando em missões de paz. Em palestra proferida no auditório da ECEME, o General de Exército Silva e Luna (2018), atual Ministro da Defesa informou que o Brasil não enviou tropas para outras missões de paz pelo fato do Congresso Nacional não ter aprovado a verba necessária para tal. Segundo o General Elias (BRASIL, 2018f), atual *Force Commander* da MONUSCO, este hiato entre as participações é prejudicial e não permite que os militares tenham a oportunidade de adestramento continuado. Mencionou ainda, que não contar com uma tropa qualificada e testada em várias situações, como a tropa brasileira, chega a ser fator de tristeza e torna o comando mais vulnerável.

Desta forma, verifica-se a importância da participação brasileira com tropas constituídas em missões de paz. O Brasil tem a convicção de que deve prestar ativa solidariedade internacional, sem ser indiferente às necessidades de outros povos, em pleno respeito à soberania dos demais Estados. Apesar de problemas orçamentários, a intenção do Ministério da Defesa em continuar com esta participação é indiscutível.

Diante deste quadro e das declarações do General Elias, avulta de importância a possibilidade de emprego futuro de tropas brasileiras na MONUSCO. A RDC, embora tenha um pequeno litoral, localiza-se no entorno estratégico brasileiro, alinhando um futuro emprego com a END. Além disso, o fato de ter um General brasileiro como comandante do componente militar da missão exerce grande influência para o BRABAT, evitando distorções sobre as reais capacidades de emprego e atuação da tropa.

Portanto, as experiências adquiridas por ocasião da participação na MINUSTAH podem e devem ser aproveitadas em um possível desdobramento de tropas na MONUSCO, reforçando as boas práticas no campo psicossocial e aperfeiçoando os aspectos na expressão militar.

Por fim, cabem às Forças Armadas Brasileiras, em especial ao EB, continuar trabalhando de maneira árdua para convencer o país sobre a importância da contínua participação em missões de paz. O Brasil, ator relevante no cenário mundial, não deve se abster do importante papel de contribuinte de tropas para a ONU, de modo a colaborar com a manutenção de uma ordem internacional efetivamente multilateral.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, S. L. C. **A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro.** *Brasiliana - Journal for brazilian studies*, v. 3, n. 2, mar. 2015.

APPIAH, A; GATES, H. L. *Encyclopedia of Africa.* Oxford University Press. pp. 14–15. ISBN 978-0-19-533770-9. 2010.

ARTIFON, A. et al. A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil. In: Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, XIV, 2017, Resende. Centro Universitário do Distrito Federal. 2017, 16f.

BASTOS, M. **A evolução da preparação operacional das tropas brasileiras de Força de Paz de Moçambique ao Haiti: uma constatação histórico-científica.** 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do exército, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://redebie.deceex.ensino.eb.br/vinculos.pdf>>. Acesso em: 24 Fev 2018.

BEIRÃO, A. P. **Aspectos Político-Legais e Legal-Militares da Participação Brasileira em Operações de Manutenção da Paz da ONU, pós-1988.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil;** Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional Nº 20, de 15-12-1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, p.2. 1999.

_____. Ministério da Defesa. **Operações de Manutenção da Paz.** 2. ed. Brasília, DF, 1998.

_____. Ministério da Defesa. **Relatório Final de Emprego, 2º Contingente.** Brasília, 2005, p.12.

_____. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa.** Brasília, DF, 2007, p. 15.

_____. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa** (ME 21-259), Rio de Janeiro, 2012.

_____. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Expressões do Poder Nacional,** Curso de Preparação e Seleção. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Ministério da Defesa. **Operações de Pacificação.** 1. ed. Brasília, DF, 2015, p. 2-1 e 2-4.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.** Brasília, DF, 2016a, p. 6, 11 e 13.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF, 2016b, p. 15, 32, 39, 40.

_____. Ministério da Defesa. **Projeto Seta: Seleção e emprego de tropas adjudicadas em operações de paz da ONU**. Brasília, DF, 453f, 2016c.

_____. Ministério da Defesa. **Relatório de Missão no Exterior**. Brasília, 2017, 15f.

_____. Ministério da Defesa. **O Brasil na MINUSTAH (Haiti)**. 2018a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 16 Mar 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Proficiência no idioma francês em Operações de Manutenção de Paz**. Ofício Nº 08. Nova Iorque, 2018b.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Missões de Paz**. 2018c. Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.eb.mil.br/unoci>. Acesso em: 16 Mar 2018.

_____. Ministério da Defesa. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. **Missões de Paz**. 2018d. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/8346-centro-conjunto-de-operacoes-de-paz-do-brasil-ccopab>>. Acesso em: 16 Mar 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e as Operações de Paz**. 2018e. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em: 16 Mar 2018.

_____. Centro de Comunicação Social do Exército. **Maior missão de paz do mundo volta a ter comando de General brasileiro. Papo Verde-Oliva**. Brasília-DF, 2018f. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hSGchx5h8bM&t=1s>>. Acesso em: 25 Abr 2018.

CARSTEN, P. **Maravilhas da natureza – vulcão Nyiragongo**. 2014. Disponível em: <<https://www.mdig.com.br/index.php?itemid=31632>>. Acesso em 13 Jul 2018.

CASCAIS, A. **Rival de Joseph Kabila pode estar a caminho da República Democrática do Congo**. DEUTSCHE WELLE. 08 Jul 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/rival-de-joseph-kabila-pode-estar-a-caminho-darepublica-democratica-do-congo/a-44576412>>. Acesso em 13 Jul 2018.

COMUNELLO, P. **Brasil cria Força Expedicionária para atuar em missões internacionais**. DEFESANET. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/20508/Brasil-cria-Forca-Expedicionaria-para-atuar-em-missoesinternacionais>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

DEUTSCHE WELLE. **Deslocados da República Democrática do Congo quase duplicaram em meio ano**. 27 Ago 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/deslocados-da-republica-democratica-do-congo-quase-duplicaram-em-meio-ano/a-40259482>>. Acesso em 12 Jul 2018.

DISTANCE CALCULATOR. **Republique Democratique du Congo**. Disponível em: <https://www.distancecalculator.net/from-kinshasa-to-matadi>. Acesso em: 5 Ago. 2018.

DPKO. **Monthly summary of contributors.** Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml> Acesso em 6 Jun. 2016.

FERREIRA, S. de S. **A participação das forças armadas brasileiras nas operações de paz no continente africano (1990-2015): um estudo de caso.** IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Instituto Meira Mattos, Florianópolis, 2016.

FONTOURA, P. R. C. T. da. **Brasil - 60 anos de operações de paz.** 1. ed. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha - DPHDM, 2009.

FONTOURA, P. R. C. T. da., UZIEL, E. **A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas.** A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017). Edição Especial. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, p. 9-15, 2017.

GERKEN, C. A. **A adequabilidade do preparo das tropas brasileiras para o atendimento das novas missões de paz da ONU.** 2017, 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, p. 20-21. 2017.

GIL; A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARIG, Christoph. **What's Next for Brazilian Peacekeeping?** Security Governance. Disponível em: <http://risingpowersproject.com/whats-next-brazilian-peacekeeping/> Acesso em: 13 maio 2018

KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. De; PATRIOTA, A. de A. (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação.** Brasília: Ipea, 2012.

LIMA, J. R. P. A. **Principais riscos ambientais e zoonoses na missão de paz da ONU no Haiti: ameaças a operacionalidade.** 42º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária. Curitiba-PR. 2015. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/conbravet/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/218.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2018.

MARTINS, W. Y. **Haiti: a realidade.** 2011 Disponível em: <<http://haiti3c.blogspot.com/2011/06/religioes-do-haiti.html>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

MATTOS, S. A. S. L. R. **Preparação de militares para missões de paz em países distintos: uma comparação entre a MINUSTAH e a UNIFIL.** 2016, 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

MINDJEME, B. M. E. **A questão dos refugiados na África: o caso da República Democrática do Congo.** 2017, 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

MORETTI, N. **As Operações de Manutenção da Paz como Instrumento da Política Externa do Brasil**. In: Revista Integração. Revista Informativa, nº 1, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, Vila Militar, Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2013.

NAÇÕES UNIDAS, ORGANIZAÇÃO DAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, 1945.

_____. **GEO Haiti: State of the Environment Report**. UNEP. Porto Príncipe, 2010. Disponível em: <<http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7879/-GEO%20Haiti%202010%20State%20of%20the%20Environment%20Report2010966.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 Jul. 2018. p. 11-12.

_____. **Resolução 1542 do Conselho de Segurança**. Nova Iorque, 2004. Disponível em: <www.securitycouncilreport.org/atf/cf/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Resolução 2098 do Conselho de Segurança**. Nova Iorque, 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-forca-de-intervencao-contra-grupos-armados-na-rd-congo/>>. Acesso em: 07 Ago 2018.

_____. **Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti**. 2017a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. **Resolução 2350 do Conselho de Segurança**. Nova Iorque, 2017b. Disponível em: <www.securitycouncilreport.org/atf/cf/>. Acesso em: 13 mar. 2018.

_____. **Helping to bring stability in the Middle East**. UNTSO. 2018a. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/untso>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Where we operate**. 2018b. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. **Historique de la mission**. MINUSTAH. 2018c. Disponível em: <<https://minustah.unmissions.org/historique>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. **Contribution of military contingents to MONUSCO**. Reference: 0105. Secretariat of United Nations, 2018d.

_____. **MONUSCO background**. Disponível em: <<https://monusco.unmissions.org/>>. Acesso em: 11 abr. 2018e.

_____. **ONU nomeia brasileiro para chefiar militares na missão de paz da República Democrática do Congo**. 2018f. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-nomeia-brasileiro-para-chefiar-militares-na-missao-de-paz-da-republica-democratica-congo/>>. Acesso em: 14 maio. 2018.

_____. **UNHCR: DRC Congo violence sees surge in refugees fleeing eastwards.** 2018g. Disponível em: <http://www.unhcr.org/news/briefing/2018/1/5a7037ab4/drc-congo-violence-sees-surge-refugees-fleeing-eastwards.html>. Acesso em: 3 jun. 2018.

_____. Development Programme. **International Human Development Indicators.** 2018. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018.

WELLES, P.; DAVIES, F. L. **Congo e o General.** 2014, Kinshasa-RDC. Al Jazeera. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=de2Im4rh948>. Acesso em: 9 Abr. 2018.

WORLD BANK. **World Development Indicators.** 2018. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/haiti>. Acesso em: 8 mar. 2018.

WORLD POPULATION REVIEW. **Population of cities in Haiti.** 2018. Disponível em: <http://worldpopulationreview.com/countries/haiti-population/cities/>. Acesso em: 13 Jul. 2018.

NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** Rio de Janeiro. Centro de Estudos do Pessoal. p. 46-47. 2007.

NUNES, J. R. V. **Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: A consolidação de um modelo.** Artigo Estratégico. v.13, p. 16-25, jan. 2015. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-estrategico-13-Minustah-issn.pdf>. Acesso em: 09 Mar. 2018.

PENNA FILHO, P. **Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos - o caso africano.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 47, n. 1, p. 31–50, jun. 2004.

PINHEIRO, J. S. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti.** 2015, 237f. Tese de Doutorado em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

POPULATION DATA. **Republique Democratique du Congo.** Disponível em: <https://www.populationdata.net/pays/republique-democratique-du-congo/>. Acesso em: 25 Abr. 2018.

RODRIGUES, F. G. **O emprego de Forças de Operações Especiais do Exército Brasileiro em operações de manutenção da paz conduzidas pela Organização das Nações Unidas.** 2015, 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, p. 33. 2015.

SARDENBERG, R. M. **O Brasil e as Nações Unidas - 1.** Ed. Brasília: FUNAG, 2013. 135 p.

SILVA, L. G. R. da. **Uma missão de paz na África**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

LUNA, J. S. Palestra proferida para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 31 jul. 2018.

SMUCKER, G. R. **A Country Study: Haiti**. The Upper Class. In: Richard A. Haggerty. Library of Congress Federal Research Division. 1989.

SOARES, M. P. **O desempenho militar brasileiro em missões de paz da Organização das Nações Unidas como ferramenta de projeção internacional**. 2015, 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, p. 16. 2016.

TORREZAM, R. C. **Participação do Exército Brasileiro em Operações de Paz: Visão de Futuro**. 2016, 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016, p. 17-22.

UNDP. **Annual report**. Disponível em: <<https://annualreport2017.undp.org>>. Acesso em: 11 Maio. 2018.

VALENZOLA, R. H. **Congo: Desordem, interesses e conflito**. Série Conflitos Internacionais. Vol no 2, no 4, Ago. 2015.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 15. ISBN: 978-85-224-4999-6.